

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 34: Sociologia e Antropologia Moral

(3ª sessão)

Título:

Reflexões sobre reconhecimento e insulto moral a partir de trajetórias de rapazes moradores de uma comunidade pobre do Recife

Autora: Marcia Reis Longhi

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo entre os estudos sobre juventude e o conceito de reconhecimento, conforme vem sendo apresentado por estudiosos da teoria crítica e também entre aqueles que se propõem pensar **as questões de identidade na perspectiva multiculturalista. Partindo do material empírico resultante de pesquisa etnográfica realizada na** favela do Bode do Recife e de narrativas de rapazes sobre sua percepção de ser ou não ser reconhecido, o desafio aqui proposto é pensar (pelo menos neste momento) não em políticas de reconhecimento (conforme preconiza Taylor) nem em lutas por reconhecimento (nas palavras de Honneth), mas na busca de reconhecimento, já que parto não da luta de um grupo politicamente organizado pelo reconhecimento de sua especificidade identitária (no caso poderíamos pensar no movimento negro ou no movimento feminista), mas de jovens (indivíduos) que por serem identificados como pertencentes a determinado grupo social (moradores de favela), são ‘vítimas’ do que Luis Roberto Cardoso de Oliveira chamou de insulto moral. Acredito que focar o olhar nas relações vividas nos espaços de sociabilidade de seu local de origem possibilita sairmos da abstração de relações de classe para enxergarmos relações concretas que acontecem nos contextos locais e que nos permitem pensar nos diferentes momentos da busca de reconhecimento já preconizada por Hegel e posteriormente reelaborada por Axel Honneth que serão retomados à frente (relações familiares – relação com o Estado – e relações comunitárias).

O tema do reconhecimento social aparece, nos últimos tempos, como a nova forma de se conceber uma teoria crítica que possibilite interpretações, diagnoses e novas formulações para os problemas das sociedades contemporâneas (Mattos, 2006: 15). No Brasil alguns autores têm se dedicado a revisão de paradigmas apoiando-se na leitura

dos teóricos da teoria crítica, entre outros o sociólogo Jessé de Souza. Por outro lado, o conceito de reconhecimento vem ganhando destaque através da releitura que alguns autores, entre eles Charles Taylor, Nancy Fraser e Axel Honneth, vêm fazendo dos trabalhos da primeira fase de Hegel. Um dos temas de destaque destas discussões refere-se a construção de identidades, num momento em que as diferenças ganham espaço em fóruns específicos, seja nas discussões feministas, seja nas discussões sobre multiculturalismo. Se alguns estão buscando aportes teóricos para compreender as relações de classe, outros estão focando mais o reconhecimento de identidades. A antropologia ainda adentra timidamente nesta discussão. Entre antropólogos podemos destacar o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira sobre identidade étnica e reconhecimento e Luis Roberto Cardoso de Oliveira discutindo os tribunais de pequenas causas nos Estados Unidos e no Brasil e também sobre a situação de Quebec. Neste caso o autor introduz a discussão sobre o que ele chama de insulto moral que seria a percepção de não-reconhecimento por parte do receptor da ação.

Os estudos sobre juventude em nosso país, por sua vez, ganharam um reforço significativo nas últimas décadas. Este incremento na produção acadêmica acontece concomitantemente a uma ampla mobilização em torno desta categoria etária orquestrada tanto pelo poder público como pela sociedade civil organizada. Comissões governamentais, fóruns de debate, pesquisas financiadas por agências internacionais entre outras ações, serviram de base para a elaboração de projeto governamental de definição de uma política nacional para a juventude.

Estes múltiplos esforços têm motivações bastante concretas. Os jovens, em nosso país (e não apenas aqui), aparecem nas estatísticas oficiais como o grupo etário mais penalizado pelo desemprego, pela criminalidade, pela gravidez indesejada além de aparecerem também como o agente e a vítima principal nas mortes por causas externas – no caso homicídios e acidentes de trânsito. Este contexto favorece a associação, explícita ou implícita, entre a juventude e ‘problemas sociais’ contemporâneos. Favorece também que muitos pesquisadores da área foquem seus trabalhos em temáticas relacionadas a ‘problemas’. O trabalho “*Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*” (2009) coordenado pela professora Marília Sposito reforça esta afirmação quando revela que as temáticas mais encontradas nos estudos sobre juventude na academia foram trabalhos que relacionaram juventude e escola ou juventude e exclusão social.

Pensando nestes dois eixos, o debate atual sobre o tema do reconhecimento e os estudos sobre juventude na contemporaneidade, proponho-me neste trabalho refletir sobre a condição juvenil no nosso país, mais especificamente, jovens pobres e homens, moradores de uma comunidade pobre do Recife, tendo como aporte teórico a teoria do reconhecimento.

O diálogo entre estas duas áreas temáticas me parece academicamente relevante, por alguns motivos. Não existem muitos trabalhos que façam esta aproximação; a discussão acadêmica sobre juventude pode ampliar seu campo de visibilidade e enriquecer-se teoricamente e a discussão sobre reconhecimento pode ampliar e refinar seu campo empírico, dispondo de novas ferramentas para aprofundar sua discussão conceitual.

Para tanto utilizarei passagens do trabalho de campo realizado para minha tese de doutorado defendida em 2008, na UFPE.

Ao longo do trabalho serão apontados três momentos que identifico como fundamentais nesta discussão: a percepção do não reconhecimento na sociedade mais ampla; a negociação da consideração em seu espaço de origem e o momento que chamei de dádiva, onde faço uma leitura a partir da teoria da dádiva de Mauss e de da interpretação feita por Cardoso de Oliveira quando discute o conceito de insulto moral. É justamente a expressão da percepção de estar sendo objeto de insulto moral que será o fio condutor das narrativas.

Justifico minha tentativa analítica por acreditar que a discussão sobre reconhecimento que vem sendo feita, ou quando falamos de grupos com identidades específicas ou quando pensamos em questões jurídicas ou ainda quando procurasse construir uma teoria que explique as sociedades contemporâneas periféricas, também pode contribuir com os estudos sobre juventude abrindo novas possibilidades de compreensão e interpretação desta realidade específica.

Contextualizando...

A conjunção de alguns fatores faz com que a juventude seja vista como um problema social e mobilize o poder público, a sociedade civil organizada, a academia e as grandes agências financiadoras de pesquisa. Conforme encontramos no Projeto

Juventude¹, o aumento populacional de jovens entre 15 e 24 anos, o desemprego - especialmente preocupante nesta geração - a violência e o crescimento do número de jovens grávidas, nesta faixa etária, justificavam preocupações e ações dirigidas a este segmento social.

Esta concentração de interesses é legítima e certamente tem trazido avanços, especialmente no que se refere a informações sobre as condições de vida dos jovens brasileiros e à percepção de que se trata não só de um grupo protagonista de problemas sociais, mas também sujeito de direitos.

No que diz respeito às políticas públicas para juventude, o século XXI tem sido marcado por uma ampla e consistente mobilização. Em medida provisória de 1º de fevereiro de 2005, o Presidente da República criou o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude, com a responsabilidade de integrar programas e ações do governo Federal e ser a referência da população jovem no governo. O Pro-jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária – também foi criado neste mesmo ato.

As ações e programas implementados significam conquistas efetivas, mas deixam claro que o público-alvo são jovens integrantes dos segmentos sócio-econômicos menos favorecidos. Este fato vai ao encontro das necessidades concretas da população e têm um caráter político e compensatório, mas, muitas vezes, termina por reforçar a idéia de carência que permeia este grupo social².

Sposito e Corrochano (2005), Madeira (2004), Leão (2004) entre outros mostraram através de análises aprofundadas e qualitativas de diferentes ações governamentais que os critérios básicos que justificam os programas ou projetos tendem a ser basicamente os mesmos: abrigar jovens que estejam fora da escola ou/e em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; alguns programas são dirigidos para egressos ou sob medida sócio-educativa ou ainda para os que participam de programas de atendimento à exploração sexual; a grande maioria das ações privilegia os que não estão inseridos no mercado de trabalho formal.

Apesar da relevância de todos os critérios que norteiam a elaboração dos projetos e programas em questão, algumas análises críticas realizadas sobre dos mesmos são plenamente pertinentes e relevantes na discussão proposta no presente trabalho.

¹ Este projeto teve como promotor o Instituto Cidadania e foi publicado em 2004.

² No livro *A Família como Espelho*, Cynthia Sarti (2003) faz uma discussão sobre a idéia de ‘carência’ que permeia os grupos populares.

Os autores acima citados problematizam alguns fatos muitas vezes naturalizados nas discussões. Por exemplo, que o perfil ‘escolhido’ para ser beneficiário das ações reforça a representação social: *“fonte e vítima de problema social”* (Sposito, 2005: 149); ao mesmo tempo, quanto demandam uma devolução para a comunidade são pensados como “protagonista do desenvolvimento de sua comunidade”. Quais as representações que estão por trás desta estrutura? Uma comunidade, que não tem condições de organizar-se sozinha e, além disso, necessita de intervenções que serão definidas pelos programas. Cabe ressaltar que os jovens selecionados são geralmente aqueles considerados não adaptados e potencialmente de risco e é a estes jovens que se atribui a responsabilidade, seis meses depois, de atuar na comunidade.

Neste sentido recaímos na questão de direitos: a grande maioria dos projetos governamentais e não-governamentais afirma, em suas propostas, o objetivo de preparar o jovem para o mercado de trabalho e também “despertá-lo” para seu papel de cidadão. Dessa forma, a contrapartida seria uma atividade inserida nesta lógica. Mas a concepção de cidadania utilizada é, no mínimo, ambígua. Os trabalhos nos levam a pensar que se trata mais de ensinar do que praticar a cidadania, provocando um esvaziamento da idéia de direitos e permanecendo submerso o conteúdo da cidadania como direito e como prática (cf. Loncle-Mouriceau, 2001). Pouco se fala de ações que promovam a busca por igualdade de oportunidades e acesso a benefícios como saúde, cultura, lazer e também, educação.

“(…) Para além do evidente benefício que o acesso à renda promove, as exigências de contrapartida constituem novos modelos que, se não estiverem submetidos à crítica, serão potencialmente disseminadores de novas formas de dominação, obscurecidas pelo discurso da inserção social e da cidadania.” (Sposito e Corrochano, 2005: 167)

Subjacente ao termo cidadania, podemos perceber que existe, em muitos casos, a idéia de educar esses jovens para “conter” seu potencial para a marginalidade.

Os programas frequentemente têm objetivos comuns: incentivo à qualificação para o trabalho, maior participação/integração na comunidade, melhoria das relações sociais e familiares, estímulo para retomar ou concluir os estudos. No entanto, avaliações realizadas pelos próprios programas apontam fragilidades como: resultados insatisfatórios no que diz respeito à qualificação para o mundo do trabalho, para a

continuidade e posterior inserção neste mercado e efetiva elevação da escolaridade. Enfim, apesar dos esforços e dos investimentos, os objetivos não estão sendo atingidos na medida do esperado.

Estudos qualitativos (Camacho, 2004) mostram que a relação entre jovens e educadores também é carregada de tensão e de “preconceitos”. Dados semelhantes foram encontrados por Leão (2004). O autor enfatiza o predomínio daquilo que nomeia como “pedagogia da precariedade”. Um estudo detalhado que incluiu observação participante e escuta dos diversos segmentos envolvidos, ou seja, os jovens, educadores e coordenadores do programa, conclui que:

“Os cursos oferecidos eram tomados pelos educadores como dádivas para uma juventude empobrecida, vivendo em situação de risco social. Salas pouco adequadas, falta de material, ausências freqüentes dos educadores, excesso de aulas de formação geral em detrimento das de qualificação profissional – o que era tomado pelos jovens como “enrolação” –, entre outros aspectos, eram evidências de situações marcadas pela precariedade, revelando uma determinada lógica, segundo o autor, de que para “pobre qualquer coisa parece bastar”. (Sposito e Corrochano, 2005: 154)

A bolsa oferecida aos jovens é outro motivo para polêmicas. Sem outros estímulos, a permanência fica condicionada ao recebimento da bolsa, atitude criticada pelos educadores. (Leão, 2004) Por outro lado, estudos realizados (CEDEC, 2003) mostraram que o maior interesse dos jovens estava na preparação para o mercado de trabalho.

Estes dados são importantíssimos para a discussão sobre redistribuição e reconhecimento. As pesquisas identificam ações redistributivas através de bolsas compensatórias e possibilidade de inserção no mercado de trabalho. No entanto, as avaliações mostram que além de muitas vezes os objetivos não serem atingidos, problemas de outra ordem afloram. A relação entre proponentes e receptores da ação apresenta pontos de tensão que parecem indicar olhares diferenciados sobre o significado de uma mesma realidade. Os educadores vêem o que estão oferecendo como uma ‘dádiva’. Os participantes, por sua vez, parecem insatisfeitos com o tratamento que recebem, além de avaliarem a capacitação insuficiente para torná-los competitivos no mercado de trabalho. Parece existir um descompasso entre as expectativas do público-

alvo e os agentes das ações que, no meu modo de ver, passa por questões de reconhecimento. Os alunos não são percebidos como pares ou pelo menos como pares em potencial. Apesar dos benefícios, as diferenças são mantidas e às vezes reforçadas.

Pesquisadores nacionais e internacionais têm defendido a necessidade de desnaturalizar a relação entre juventude e violência, ainda que estejam falando exatamente de contextos que visibilizam a violência através deste segmento social (Feixa; Ferrándiz, 2005; Benjamin, 1999; Schmidt; Schöder, 2001). Nestes casos, busca-se um processo de historização que localize os recursos violentos no conjunto da sociedade. Para Feixa e Ferrándiz, trata-se de uma questão política e cultural:

Em definitiva, desnaturalizar la violencia juvenil supone (re)politizar (resituar em las luchas por el poder) la violencia ejercida y padecida por los jóvenes y (a)culturar (resituar em las luchas por el significado) los códigos compartidos que la inspiran.” (Feixa & Ferrándiz, 2005: 211)

Mobilizada por reflexões teóricas e por experiências de campo, resolvi pesquisar o cotidiano de jovens de comunidades pobres, sem partir das discussões normalmente tecidas quando o foco são jovens, pobres, homens e normalmente negros. Conforme já coloquei acima meu pano de fundo foram os elementos que atribuem reconhecimento no âmbito da comunidade. Não será possível, neste trabalho, retomar toda a discussão. Para o que me proponho neste momento, seguirei o seguinte caminho: reproduzirei um trecho do diário de campo e em seguida, tecerei uma discussão teórica alinhavando os diferentes elementos em questão.

“Quem você pensa que é?”³

Nas tramas do reconhecimento: discussão teórica contextualizada

Era uma tarde de quarta-feira. A escola estava de recesso e, tão somente por isso, seus corredores estavam vazios e silenciosos. Apenas algumas estagiárias, o servente e uma ou duas professoras encontravam-se por ali, fazendo trabalhos burocráticos ou preparando materiais pedagógicos para alguma atividade em sala de aula. Enfim, era um dia atípico, tratando-se de

³ Esta pergunta foi usada no sentido provocativo por Luis Eduardo Soares (2004) no texto: *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. Aproprio-me dela, neste momento, por percebê-la como o negativo de “*Você sabe com quem está falando?*”, de Roberto DaMatta e adequar-se perfeitamente a minha discussão.

uma escola dinâmica e participativa. Passados uns quinze minutos, chegam Wilton e Rui⁴. Havíamos marcado, por telefone, uma conversa. Na realidade a conversa havia sido marcada com Wilton, mas percebi que a situação tornava-se menos ameaçadora com um colega do lado. Avaliei positivamente conversarmos os três, mesmo que depois marcasse uma nova entrevista individual, se achasse necessário. Uma sala foi disponibilizada e lá ficamos por mais de duas horas.

Wilton tem 19 anos, mora com os pais e os quatro irmãos (todos homens) no *Combinado*⁵, cursa a 1ª série do Ensino Médio, não trabalha e mora na comunidade desde que nasceu. Rui tem 21 anos, mora com a mãe, é filho único e não tem contato com o pai. Tem o segundo grau completo e recentemente saiu do emprego, onde estava há três meses, por causa de uma briga com um colega de trabalho, que foi motivada pela troca de ofensas sobre o local de moradia de cada um. São jovens que circulam pela comunidade e têm muitos amigos. Podem ser considerados jovens típicos do Bode. Transcrevo abaixo algumas passagens desta conversa, pois considero que nelas concentram-se vários prismas sobre reconhecimento e consideração.

Minha proposta foi conversarmos sobre a vida dos jovens no Bode. Tomei o cuidado de não dirigir as perguntas para nenhum tema específico, mas a violência e a consideração ou a falta da mesma estavam presentes em todos os momentos.

A conversa foi permeada pela contradição entre ser de dentro e, por isso ser **desconsiderado** e ser de dentro e, por isso ser **considerado**. Explico. Relataram situações que esclarecem a contradição acima: como acontecem e as razões atribuídas para que isto aconteça. Por esta riqueza de elementos e por condensar falas de muitos outros moradores do bairro, acredito que alguns trechos da entrevista merecem ser reproduzidos.

A violência interna e externa deu o tom da conversa. Assim como aconteceu na fala de inúmeros outros interlocutores do bairro, Wilton e Rui também falam de rapazes que morreram ou que estão presos e que já brincaram com eles, já estudaram com eles, já se divertiram com eles, enfim, fazem ou fizeram parte de seu mundo. Não falam com revolta nem com medo e, sim, com certa solidariedade de quem está ou esteve muito perto e consegue entender o lado do outro, mesmo que não seja o seu. Ao mesmo tempo eles se diferenciam e a justificativa que respalda esta diferenciação pode estar na história familiar ou na escolha das companhias. Muitas vezes esta diferenciação está na escolha de espaços de sociabilidade, mesmo que o que os ligue, ironicamente, seja justamente o espaço: todos moram no Bode.

Wilton conta que foi criado dentro de casa. Até os 12 anos, sua mãe não deixava os filhos saírem pra rua. Na sua visão, isto fez com que ele e os irmãos se interessassem por gibi e

⁴ Nomes fictícios;

⁵ O Combinado e o Esse são duas áreas da comunidade do Bode conhecidas localmente como como áreas perigosas por abrigarem facções diferentes do tráfico.

ele, em particular, desenvolveu um gosto especial pelo desenho, habilidade que lhe deu certo destaque na escola e também entre os amigos.

Rui mora com a mãe, que é empregada doméstica. Quando criança, freqüentava muito a casa dos padrões dela e, inclusive, participava dos passeios da família (este fato será retomado em um dos trechos reproduzidos abaixo). É interessante observarmos que estes dois jovens, junto com os amigos, também tentam criar espaços que os distingam (como veremos na conversa adiante) ao mesmo tempo em que os “*protegem*”.

Os dois rapazes fazem questão de mostrar que conhecem o que se passa na comunidade, mas ao mesmo tempo deixam claro que não participam do que consideram condenável: não usam drogas, apesar de já terem experimentado; não entraram para a criminalidade, apesar de um deles confessar ter chegado muito perto e só caiu fora com a ajuda de uma tia, que é evangélica. Mas não negam que conhecem toda “galera”⁶.

Conforme foi colocado anteriormente, uma forma de mostrar que é conhecido e benquisto na comunidade e reconhecidamente desvinculado das conexões do tráfico é dizer que tem livre acesso tanto no *Esse* como no *Combinado*. Wilton faz parte desse grupo. Ele diz:

W: Eu morava no *Esse* e agora moro no *Combinado*, **mas todo mundo considera**, conhece meu pai, minha avó, daí é limpeza; eu ando pelo *Esse*, ando no *Combinado*, é limpeza.

Eu: O que leva as pessoas a “considerarem”, como você falou?

W: Eles conhecem, respeitam, sabe que é trabalhador, daí é limpeza; mas se aparece alguém que eles não conhecem, não sabem de onde vem, daí é perigoso.

Esta mesma lógica reaparece quando eles contam sobre a academia que montaram no terreno da casa de um amigo. Eles construíram tudo: colocaram o teto de lona, fizeram os pesos com areia e também os aparelhos. Demonstaram entusiasmo e orgulho com o que o grupo de amigos conseguiu realizar. Ficou um espaço “maneiro”, onde eles passam a maior parte do tempo, mesmo que não estejam malhando. Wilton diz que ali eles podem ficar até tarde, estão “*guardados*”; na rua, nunca se sabe de onde pode vir uma bala perdida. O espaço ficou tão legal, que todo mundo está querendo freqüentar. Mas não é qualquer um que eles deixam entrar.

Eu: E quem é que vocês deixam freqüentar?

R: Gente da favela. Agora, assim, tem aquelas pessoas que a gente **considera mais**, entendeu? Por exemplo: chega você assim, quer malhar, entendeu, tudo bem, mas aquela gente que nunca falou com a gente, a gente não quer lá, entendeu, a gente não sabe o que é que vem atrás daquela pessoa, o que ela está trazendo.

Eles têm seus códigos de reconhecimento que são construídos coletivamente a partir dos critérios de valor reconhecidos socialmente e estes critérios estão sendo permanentemente

⁶ Este discurso de pertencimento local através da aproximação entre os diferentes grupos também foi identificado na pesquisa realizada no bairro do Ibura e presente no texto: “*Como nossos pais? Homens e gerações em três contextos diferentes em Pernambuco*” (Scott, Athias e Longhi: 2005)

acionados nas tomadas de decisão. A partir da posição no espaço social, o poder de barganha é maior ou menor. Porque é necessário saber “*o que vem atrás da pessoa*”. Por duas vezes, eles deixaram claro que os valores são construídos intersubjetivamente.

Mas, e quando a negociação é com os que estão além da fronteira do Bode? O que se passa?

Durante a entrevista, pude observar que, em determinadas situações, eles se percebem fora do padrão pré-estabelecido como critério de valor. Rui conta uma história que fala por si mesma:

R: Um dia eu fui ao shopping, eu e o irmão dele (irmão de W). Não sei se você já viu umas bancas de revista que tem lá no shopping, aberta, (Eu: sei.) aí todo mundo fica lá olhando... Aí tudo bem... Aí a gente foi olhar, o irmão dele gosta de ler gibi... Aí ficou lendo. Nisso, antes de eu e o irmão dele chegar, tinha um monte de rapazinho, playboyzinho, olhando... Até ai tudo bem. Quando o irmão dele pegou o gibi, eu vi, eu estava olhando de longe, o segurança saiu de onde tava e ficou atrás do irmão dele... Um negócio que me chateou, entendeu?...Porra, véio, todo mundo olhando ali, todo mundo pegando ali, sem fazer nada, só porque o cara veio pegar... Causa uma certa revolta na pessoa, entendeu?...Eu falei: “*meu irmão, vamos embora*”, mas ele não estava percebendo e não queria ir. Eu disse: “*outro dia a gente vê*” e o segurança ficou olhando pra mim e pra ele assim; daí eu falei: “*não tá vendo o cara aí, ó... encarando aí, ó*”! O pior é que tava todo mundo ali olhando... porque a gente tá de sandália...tá entendendo?... A gente é preto, tá entendendo? ...Eu fico até com vergonha de ir pros cantos por causa disso... fico com vergonha de andar no calçadão por causa disso, entendeu? ...

W: *Ôxe, no calçadão é que é pior mesmo!!!*

R: Não dá não, no calçadão não dá mesmo! (Eu: é?) O calçadão é só pra gente que é de Boa Viagem mesmo e acabou...

Eu: Por quê?

W: *Ôxe, rico correr no calçadão é cooper; pobre, é ladrão (risos); é sério mesmo..*

R: Se junta todos, eu, com ele e os outros para correr...

W: *Ôxe... É o arrastão, é?* (fala em tom de brincadeira, ironizando a situação)

R: A população interdita a praia, chama a Interpol, o que for para acabar com aquilo ali...

R: Outro dia fui à praia pra malhar, tinha um casal de idoso com os netos, aí, quando a gente chegou assim, começou a se aquecer, ele se levantou e foi embora... eu fiquei com vergonha disso...comecei a falar...é mal... se a pessoa não tiver a mente aberta, entender sobre essas coisas, a pessoa fica com depressão, com problema psicológico...causa trauma...

Nesta passagem, fica claro que nem sempre está se falando de ações declaradamente hostis. Inclusive, é possível afirmar que o rapaz imaginou uma rejeição inexistente. O que é

fundamental é que esta percepção faz sentido, na medida em que se junta a inúmeras outras, como acontece no diálogo em questão.

Ainda sobre a polícia e o tratamento que ela dá aos jovens pobres:

R: ...porque, quando eles abordam um playboyzinho, assim eles não abordam do mesmo jeito que eles abordam a gente, entendeu, **a gente sofre humilhação diante da família da gente, diante dos colegas**, eles não... Porque eu já vi playboyzinho sendo, assim, abordado, a abordagem é totalmente outra, “bora, boyzinho, pára”, aí, “mora onde?” Mostra um prédio daqueles, “filho de quem?” filho de fulano...aí já fica..né?...Quando é a gente... “bora, tá fazendo o quê? Viciado? Usa drogas?” Pressão psicológica...

W: *Ôxe, cadê o revólver? Cadê o revólver?É sério mesmo... Já me levaram para casa por causa da identidade... Andava com a xérox; policial me pegou, da ROCAN, véio, eu com a bicicleta, com duas motos do lado e uma atrás... Meu pai ali, dali a pouco lá vem eu, com a polícia, para casa... Só para pegar a original.*

Eu: Você estava andando de bicicleta onde?

W: *Tava vindo do colégio...*

Eu: Isto era à noite?

W: *Isto era de dia, à tarde.*

Eu: E a polícia veio te abordar?

W: *Eu sozinho... Me parou...“Mora onde?”“Moro aqui mesmo”;“ identidade...” Eu avisei, é xérox, mas só que não tá autenticada; “mora onde?” “Aqui perto”; o cara falou: “vamo lá com a gente”; meu irmão, fui, **todo mundo olhando na rua**; cheguei em casa, minha mãe se levantou assustada eu falei: “ não, não, eu só vim buscar a identidade”. Daí troquei de roupa, coloquei um padrão de jogo e fui com eles ainda; saí para jogar bola (ri), só para sacanear também.*

R: Quem vê, né, pronto, tava roubando...

W: *Pensou que eu estava sendo preso...*

A segunda parte da conversa mostra como eles se sentem alijados do “consenso social”, que decide quais os critérios para ser ou não ser digno de valor e respeito, quando estão fora dos limites da comunidade.

O policial e o segurança encarnam o papel de guardião oficial que garante a delimitação de lados; e os critérios ficam explícitos: ser pobre, negro e homem (ser jovem não aparece no discurso, mas fica subentendido, na medida em que a força e a virilidade estão embutidas no fator de classificação e são qualidades, em geral, atreladas às gerações mais jovens) é mais do que suficiente para ser olhado com desconfiança. No discurso que escutei, os jovens não se queixavam de não poder comprar o gibi, mas sim, de serem tratados diferentemente, quando faziam o mesmo que outros jovens de outro grupo social. Estar de chinelo, ser negro e estar lendo gibi – algo que não é associado a jovens de comunidade pobre, tudo junto preenche as

condições necessárias para ser olhado com desconfiança. Este é um claro exemplo de não ser incluído na comunidade em que merece igual consideração e, como diz Luiz Roberto Cardoso de Oliveira, é caracterizado como um insulto moral, pela performance, mesmo que nada tenha sido verbalizado.

A indignação por serem vítimas desta discriminação reaparece mais adiante. Eles são olhados com desconfiança, por estarem espaço público, o calçadão (que é, diga-se de passagem, praticamente o quintal de suas casas), e são tratados com desconsideração quando abordados pela polícia. Fica claro através dos relatos que eles identificam mais dois fatores de diferenciação: o espaço de moradia e a origem familiar. Se eles morassem na Avenida Boa Viagem e fossem filhos de alguém socialmente reconhecido, eles teriam outro tipo de tratamento. Serem moradores da favela e não terem um nome como garantia, faz toda a diferença. Dentro da comunidade, estes fatores também fazem diferença, mas lá eles integram o grupo que define as regras de classificação, na medida em que são, reconhecidamente, integrantes daquele grupo.

Algumas expressões utilizadas merecem destaque: *a gente sofre humilhação diante da família, dos amigos da gente; causa certa revolta; fico com vergonha de ir para os cantos; esta coisa eu não admito, ou é respeitado ou não é*. Apesar de serem queixas carregadas de sentido e sentimento, elas não têm a força de um argumento legal; é uma ofensa moral, que tem sentido social, mas esvaziada de valor na justiça oficial. Neste mesmo rol é possível incluir a queixa de falta de oportunidade para mostrarem do que são capazes.

A história que Wilton conta é bastante ilustrativa. Ele estava com a xérox do documento. Este documento só é útil no momento em que ele tem que provar que não é marginal. Mas não é suficiente. A imagem é trágica e engraçada ao mesmo tempo: um jovem de bicicleta, rodeado por três policiais de moto, à tarde, para pegar o documento original em sua casa. Sua “vingança” foi sair com os policiais com roupa de jogar futebol. Só assim, ele deixaria claro para a comunidade que não havia feito nada de errado e não estava sendo preso. E preservaria sua identidade interna de bom rapaz.

O que estou querendo reforçar é que estes rapazes mostram, bastante claramente, que eles não se sentem reconhecidos e considerados pela sociedade que se encontra além dos muros da favela. Eles vêem claramente que os fatores de classificação são aqueles em que dificilmente eles vão poder se enquadrar, ou por ausência de capital econômico, ou por características que estão incorporadas a eles, seja através da cor da pele, seja através de gestos, formas de falar e de vestir, comportamentos que foram adquiridos ao longo de sua socialização e fazem parte de seu *habitus*.

Também fica claro que o reconhecimento que eles buscam não é alcançado através dos direitos legais. O segurança estava fazendo seu trabalho. O policial também. As “sutilezas” de tratamento e de desconfiança dificilmente podem ser transformadas em queixas objetivas,

visibilizadas socialmente como violação dos direitos humanos. Preconceito é crime e muitas pessoas já foram penalizadas por isso, mas certamente o número de queixas para crimes desta ordem é muito inferior ao número de ações que as justificariam.

Escutei outras histórias de jovens que se sentiram discriminados por serem homens, negros e pobres. Alguns reagiram. Marcelo tem 30 anos, é negro, alto e também mora no Bode. Na conversa que tivemos narrou uma situação que viveu recentemente. Foi ao supermercado e, após alguns minutos, percebeu que estava sendo seguido pelo segurança da loja. Já foi segurança e sabe como eles agem. Resolveu dar-lhe uma “canseira”. Ficou rodando pelos corredores durante um bom tempo e saiu da loja sem levar nada. Já do lado de fora, abordou o segurança. Disse que não era ladrão, que era um trabalhador e que da próxima vez chamaria a polícia. O segurança disse apenas que estava cumprindo sua obrigação.

Neste sentido, o campo me levou para os caminhos teóricos que tentarei agora explicitar. Despertada por teóricos nacionais, entre eles Patrícia Mattos (2006) e Jessé de Souza (2006), para os principais teóricos da atualidade sobre reconhecimento, Taylor, Honneth e Fraser, busquei familiarizar-me com seus conceitos e refletir como eles poderiam iluminar minha problematização. Também dialogo com autores nacionais, como Luis R. C. de Oliveira e Roberto DaMatta⁷ que contribuem para a discussão sobre desconsideração/consideração e a personalização nas relações institucionais. Eles me ajudaram a refletir sobre o que chamei de forma nativa do reconhecimento: a consideração.

Parto do pressuposto, amplamente teorizado por inúmeros estudiosos das Ciências Sociais, de que a individuação se dá no processo de socialização. É através das relações sociais e dá práxis que construímos um *self*, que não é estático e nem definitivo, mas é determinante para as diversas identidades que incorporamos ao longo de nossa existência. Falar de reconhecimento é falar de uma imagem de si e é pensar como se constrói esta imagem.

A partir da retomada de Taylor, o conceito de reconhecimento vem sendo um instrumento valioso para se pensar questões como políticas públicas, cidadania, políticas afirmativas e os dilemas do multiculturalismo, questões relevantes, mas que não serão aprofundadas aqui. Torna-se, também, um espaço de tensões.

Taylor fala da importância do reconhecimento tanto no plano íntimo como no plano social. Este aspecto é fundamental e pouco abordado pelos outros teóricos que exporei em seguida. A partir desta abertura, podemos pensar em reconhecimento tanto nas relações

⁷ Roberto DaMatta trata, em sua obra, da característica do povo brasileiro e da existência de um código duplo, relacionado aos valores da igualdade e da hierarquia. Vemos uma separação concreta entre a pessoa e a norma; entre uma lei geral, impessoal, universal, e a pessoa que se define como especial e merecedora de um tratamento pessoalizante e separado. Com isso, o que se evita é a igualdade perante a lei e o conseqüente tratamento individualizado (DaMatta, 1997: 217)

interpessoais e na importância das mesmas na construção das identidades, da autodescoberta e da auto-afirmação, como na formulação de políticas, em busca do que ele chamou de reconhecimento igualitário. Mas esta não é uma discussão fechada e muito menos passível de consenso.

Na última década, Fraser e Honneth travaram um rico diálogo acadêmico sobre suas divergências nas questões de moral e justiça. Ambos utilizam o conceito reconhecimento, mas partem de lógicas diferenciadas. Suas posições são imbricadas com o lugar de onde falam.

Fraser prega o desmembramento entre redistribuição e reconhecimento. Para a autora, a única possibilidade para atingir igualdade social seria conciliar dois caminhos: uma distribuição justa e o respeito a padrões culturais. Na sua concepção, dependendo do grupo que estamos enfocando, a luta pode ser por redistribuição ou por reconhecimento e estas lutas não se sobrepõem e nem se confundem, necessariamente. Para um mesmo grupo, um tipo de redistribuição pode, inclusive, agir negativamente sobre uma determinada estratégia de reconhecimento.

Fraser retoma esta preocupação quando fala de soluções afirmativas e soluções transformadoras. Para ela, as soluções afirmativas podem criar um mecanismo de redistribuição, mas concomitantemente manter a lógica da desigualdade. Neste caso, reforça-se a estigmatização de determinado grupo, não promovendo reconhecimento, mesmo que se promova redistribuição.

Trabalho com rapazes pobres e, na grande maioria, negros. As falas já ilustraram a desconsideração e o sentimento de não reconhecimento que eles vivenciam. Eles sentem-se desconsiderados pelo local de moradia, pela cor da pele, pelo grupo geracional e pela forma que incorporam sua condição de classe.

Especialmente em nosso país, existe um atrelamento histórico entre pobreza e negatividade. Com o crescimento da violência, esta construção direcionou-se para rapazes pobres que são, em grande número, negros. São os dois lados de uma mesma questão: uma sociedade personalista, com ranços de patriarcalismo e elitista, construindo a legitimação das desigualdades e, por outro lado, pessoas convivendo com o sentimento de desconsideração e desrespeito.

Uma justiça paritária, conforme defende Fraser, seria a forma de possibilitar que todos se sentissem interlocutores-pares no sentido de igualdade de valor. A questão é que a justiça é uma instituição que atua a nível macro e universal. Além disso, a justiça não está acima dos homens, ela é feita por eles e os “homens” estão contextualizados: fazem parte de grupos, no caso, grupos hegemônicos. Cardoso Oliveira (2004) reflete sobre esta questão em seu texto *Honra, dignidade e reciprocidade*. O autor mostra que nem sempre a justiça dá conta de determinadas demandas que envolvem o sentimento de desconsideração vivido por determinados grupos em contextos específicos. Neste sentido, dar visibilidade e voz àqueles que

vivem o sentimento de desconsideração é a única forma de efetivamente, concretamente, reconhecê-los como pares e construir, a partir daí, o que Fraser chamou de soluções transformadoras.

O problema, a meu ver, é que nem sempre existe esta clareza do que não está sendo suprido. De todo modo, na medida em que a autora afirma que os reconhecimentos demandados são específicos, parece-me absolutamente pertinente ouvirmos os grupos sobre sua percepção de não-reconhecimento.

Axel Honneth, sociólogo alemão, vem, nos últimos dez anos, retrabalhando o conceito de reconhecimento. Para ele, é através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos realizam suas capacidades e viabilizam a auto-relação marcada pela integridade. Também ele se remete ao conceito de self para afirmar que nos constituímos nas interações e, sendo assim, o reconhecimento pelos seus parceiros é fundamental. O autor acredita que por trás de todas as lutas está a luta por reconhecimento e, sendo assim, não faz sentido diferenciar reconhecimento e redistribuição. Seu livro “Luta pelo reconhecimento” (2003) propõe uma releitura do reconhecimento através da junção entre Hegel e Mead, que, para Honneth, possibilitou a socialização do reconhecimento, mais metafísico na visão de Hegel.

Honneth desatrela a noção de reconhecimento dos movimentos sociais. Para ele, o conceito é útil para *“desvendar experiências sociais de injustiça como um todo”* (Honneth, 2003:133). Ele defende a tese de que o capitalismo *“necessita de uma legitimação racional através de um princípio generalizável de reconhecimento. Sua reprodução permanece dependente na base de um consenso moral”* (Honneth, 2003: 152). Neste caso aproximo-me de Honneth pelo fato dele partir de uma ação do ator *“que se auto-define como objeto de reconhecimento”* (Pinto, 2007:6). Honneth busca a origem da teoria do reconhecimento na psicanálise. Apóia-se principalmente em Winnicott e em sua teoria sobre o processo de individuação e autonomia. A partir daí, o autor, inspirado em Hegel, defende a existência de três momentos fundamentais para a construção do sentimento de reconhecimento: durante a socialização primária, através da família, mas posteriormente, através das relações amorosas e das amizades; na relação com a organização jurídica, quando se percebe confirmado enquanto digno de direitos, e nas relações sociais, enquanto alguém possuidor de valor e, portanto, de respeito.

Mas se o autor apóia-se inicialmente na teoria psicanalítica e tem um forte enfoque psicológico, ele, ao mesmo tempo, amparado pela teoria de Hegel e Mead, tem por propósito mostrar que *“uma luta por reconhecimento, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano.”* (Honneth, 2003: 227).

Para explicar o reconhecimento jurídico, o autor se remete à noção de respeito, que só pode ser pensada na modernidade, quando o indivíduo torna-se portador de direitos universais

independente de seu status social, desatrelando reconhecimento jurídico e estima social. Sobre reconhecimento jurídico e estima social Honneth diz:

“(...) em ambos os casos, como já sabemos, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades, mas no primeiro caso se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa; no segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que o caracterizam diferentemente de outras pessoas. Daí ser central para o reconhecimento jurídico a questão de como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais, enquanto para a estima social se coloca a questão de como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o “valor” das propriedades características.” (Honneth, 2003: 187).

Assim como Hegel e Mead, Honneth diferencia os três momentos como sendo de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima. Sobre a relação com o poder público, ele afirma:

“... quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social, ou a reputação de seus membros.” (Honneth, 2003: 207/208)⁸

Podemos perceber que a questão da distribuição tem sido enfrentada por profissionais que procuram entender e combater as desigualdades sociais do país. Por sua vez, as questões de reconhecimento foram retomadas a partir das discussões sobre diferença que desembocam nas causas feministas, no movimento gay e lésbico e em toda a literatura que se dedica aos grupos minoritários.

Dependendo do grupo que estamos enfocando, a questão do reconhecimento trilha caminhos diferenciados. No caso do movimento dos sem teto, por exemplo, existe uma identidade de grupo, que se expressa através da condição de pobreza, da falta de trabalho e moradia e sua luta é pelo desaparecimento do reconhecimento (enquanto grupo) e pela defesa da redistribuição. No caso do movimento negro também existe uma organização de grupo que luta para superar a pobreza e também a falta de trabalho, mas o foco é reforçar e defender sua cultura, seus valores, enfim, reforçar a identidade de grupo. (Pinto, 2007) Existem, no entanto,

⁸ Esta é uma questão importante e complexa no grupo em questão. Eles ganham visibilidade através de manifestações culturais e artísticas (mas restritas a algumas formas de expressão); por outro lado, a mídia atua poderosamente no sentido inverso, ao dar mais visibilidade à violência.

as tensões internas, pois apesar de lutarem por uma identidade de grupo, não existe, efetivamente, um homogeneidade de opiniões.

No caso que estudo enxergo um complicador. Eles compartilham a condição de pobreza e de espaço de moradia, mas não existe uma luta configurada e nem uma identidade de grupo defendida enquanto luta, apesar de existir uma identidade de grupo no processo de diferenciação: *eu sou daqui porque não sou de lá*. Neste caso podemos dizer que não existe um espaço configurado de luta, mas existe uma indignação expressa por se sentirem insultados moralmente, justamente por não serem vistos como pares na sociedade. Trabalho com a idéia de reconhecimento pensada por Honneth, na medida em que estou pensando em indivíduos, mas, ao mesmo tempo, não posso desprezar o conceito de redistribuição, pois o grupo em questão percebe-se desconsiderado também por sua condição econômica. No entanto, se a carência econômica é o ponto de partida, não pode ser pensada fechada em si mesma, pois vimos, ao longo do trabalho (e muitos outros trabalho já refletiram sobre isto), que ela se incorpora aos indivíduos a partir de elementos simbólicos e características físicas.

Neste trabalho não enfoco um grupo claramente definido e ao mesmo tempo não existe uma luta específica configurada. Neste sentido, não trato de políticas de reconhecimento, como vem sendo discutida por Taylor (1994). Mas, apesar disso, acredito que o conceito é adequado e que talvez seja mais adequado falar de busca por reconhecimento, pois penso em indivíduos de um mesmo grupo, mas que, desarticuladamente, vivem suas experiências de falta de reconhecimento e seus desdobramentos.

Reconhecimento e desconsideração

Inicialmente a opção por privilegiar o reconhecimento como fio condutor de minha discussão amparou-se em duas colunas de sustentação: o próprio campo de pesquisa, conforme já foi colocado e os trabalhos desenvolvidos por Luis Roberto Cardoso de Oliveira: *Direito Legal e Insulto Moral* (2002), que trata sobre a relação entre Direito Legal e Insulto Moral através de estudos comparativos entre o Brasil, o Canadá e os EUA e *Honra, Dignidade e Reciprocidade* (2004).

Em seus estudos, o autor constrói uma reflexão sobre as dimensões legal e moral dos direitos. Sem muita clareza, a princípio, vislumbrava neste caminho algo que ia ao encontro de minhas inquietações. Algo que iluminava uma dimensão das relações sociais que não são consideradas nas análises legais e políticas, mesmo que, no caso do autor em questão, as análises se referissem a grupos totalmente diferentes dos meus: nos Estados Unidos, ele analisou disputas no âmbito do Juizado de Pequenas Causas em Cambridge, Massachusetts e no Canadá, seus estudos versaram sobre o caso de Quebec.

A relação entre desconsideração, insulto moral e o conceito reconhecimento pareceu-me totalmente adequada para pensar o grupo com o qual trabalho. Cardoso de Oliveira (2002)

entende a desconsideração como o reverso do reconhecimento. O grande desafio, neste caso, é que o insulto moral não é automaticamente transformado em uma falta legal, pois muitas vezes está localizada na intenção e é difícil lhe dar materialidade.

Quando as queixas expressas pelos dois rapazes da conversa narrada acima não encontram um canal institucional que as identifiquem como uma agressão socialmente reprovável, elas estariam no mesmo patamar colocado por Cardoso de Oliveira, ao afirmar:

“a percepção de desonra ou de indignação experimentada pelo ator que vê sua identidade negada, diminuída, ou insultada não encontra instrumentos institucionalizados adequados para viabilizar a definição do evento como uma agressão socialmente reprovável, nem mecanismos que permitam a reestruturação da integridade moral dos concernidos.”
(Cardoso de Oliveira, 2004: 123)

Neste sentido, é fundamental ressaltar a articulação entre razão e sentimento, quando pensamos na dimensão moral dos direitos. Esta relação nos remete a Mauss. Para Cardoso de Oliveira (2004), as obrigações de dar, receber e retribuir examinadas por Mauss (2001) simbolizavam tanto a afirmação dos direitos das partes, como o reconhecimento de que os parceiros eram dignos, dispendo de mérito ou valor para participar da relação. Ao falarmos de reconhecimento mútuo, estamos falando de algo compartilhado. Compreender o ressentimento do outro nos introduz numa dimensão moral dos sentimentos, o que significa dizer poder ser socializada e/ou intersubjetivamente compartilhada.

Cardoso de Oliveira (2004) defende a idéia de que, nas pesquisas por ele realizadas, o conflito parece estar associado à ausência da dádiva, vista pelas partes como um insulto, pois equivaleria à negação do status ou a rejeição da identidade do interlocutor, o que difere do que Sahlins nomeou de reciprocidade negativa. No caso da reciprocidade negativa, existe a motivação de uma vantagem, um tentando se apropriar de algo, sem dar nada em troca. No caso da ausência da dádiva, existe uma invisibilidade do interlocutor.

O autor prossegue:

“A recusa da troca, enquanto padrão de sociabilidade é vivida pelo interlocutor como afirmação de indiferença ou como agressão – leia-se insulto moral – que se expressa com maior nitidez no plano das atitudes ou intenções do agressor do que em suas ações ou comportamentos em sentido estrito.” (Cardoso de Oliveira, 2004: 126)

Deste modo, a desconsideração ou o insulto aparece como um ato significativo, tanto nos casos em que o desprezo ou a depreciação da identidade do outro é dramatizada pelo agressor, como quando ocorre a inexistência de uma deferência esperada.

O que podemos afirmar, através dos estudos do Cardoso de Oliveira, é que há um conjunto de direitos situados na interseção entre os universos da legalidade e da moralidade, que versam sobre atos ou relações, cujo caráter seria desde sempre recíproco. Ou seja, atos cuja manifestação empírica supõe não apenas um universo simbolicamente compartilhado, mas uma sintonização de pontos de vista entre atores que, quando não se realiza, pode ameaçar a integridade moral dos mesmos. Através da dádiva, as interações entre os atores ganham substância e os processos que as caracterizam ganham sentido.

A identificação com a emoção ou sentimento de ressentimento, no caso do insulto moral, permitiria a socialização do significado da experiência e, assim, uma compreensão intersubjetivamente compartilhada do fenômeno. Para Cardoso de Oliveira, mesmo quando a socialização da percepção não conduz a uma articulação adequada ou elaborada do significado social (moral) desta experiência, ela viabilizaria uma identificação publicamente partilhada do problema e sua classificação como um ato indevido. (Cardoso de Oliveira, 2002)

Por outro lado, estamos falando de auto-imagens construídas nas interações sociais. A identidade não é algo estático nem único. Os rapazes falam de como são “localizados” pelo endereço, pela cor da pele, pela forma de agir e de se vestir, entre outros signos. Neste sentido, eles diferenciam espaços, de acordo com a inserção ou não na construção dos códigos de reconhecimento. Como coloca Taylor, isto é uma necessidade mais do que direito. De qualquer forma, sentir-se alijado de um direito que é consensualmente visto como universal é vivido como um insulto moral e uma exclusão da “comunidade dos humanos”. Não é à toa que o professor Eduardo Soares (2004) coloca que na hora em que estão portando uma arma de fogo, jovens envolvidos na criminalidade se sentem visibilizados e, por alguns momentos, passam a existir. Mas esta é uma leitura da realidade, construída a partir de desdobramentos sociais decorrentes das desigualdades.

Defendo a tese que a construção do reconhecimento local é fundamental para a auto-imagem, para a construção positiva da identidade e está relacionada com a frágil incorporação da justiça social baseada nos direitos legais. Enfim, quando a vivência plena da cidadania se torna algo truncado e a justiça não cumpri seu papel em todas as suas dimensões, o reconhecimento é experienciado parcialmente, delimitado a espaços de socialização restritos.

Este sentimento também está presente na fala de jovens que compõem o núcleo do trabalho, mesmo tratando-se de rapazes que, através de diferentes caminhos, construíram estratégias que a princípio lhes permitiriam serem reconhecidos indistintamente.

Os relatos mostram que, mesmo construindo trajetórias que favorecem a entrada em outras realidades e a minimização das diferenças, ainda assim, eles destacam positivamente a construção do reconhecimento local e revelam as fragilidades do reconhecimento em determinados espaços em que são inseridos a partir de alguns credenciamentos conquistados.

▪ **Reconhecimento, dádiva e cidadania:**

“Dá tanto quanto recebes e tudo estará bem.”

(provérbio Maori):

Diego tem 21 anos e é presbítero da Igreja Assembléia de Deus, fato pouco comum para um rapaz de sua idade. Sua aproximação com a vida religiosa aconteceu após ser atingido por uma bala, que, de fato, estava endereçada ao seu colega do lado. Este acontecimento marcou sua vida e seu corpo. Ele ficou com algumas limitações de movimento no braço e na perna esquerda. Hoje consegue ter uma vida praticamente normal, mas caminha lentamente e não consegue realizar algumas tarefas. Quando pergunto como sobrevive, já que não trabalha e não ganha nada da Igreja, Diego conta que agora (após cinco anos) vai começar a receber aposentadoria por invalidez e relata todas as dificuldades que enfrentou para finalmente ter o benefício aprovado. Fez várias perícias e alguns médicos afirmavam que ele podia trabalhar. Um chegou a dizer que só conseguiria o benefício, se tivesse perdido um membro (o que de certa forma aconteceu, já que seu braço esquerdo está praticamente inutilizado).

Conforme ele conta *“As coisas só começaram a melhorar, quando um senhor “que gosta muito de mim”, morador da comunidade, me levou a um advogado trabalhista que me atendeu sem cobrar nada.”*

Diego conta que o advogado olhou seus papeis e perguntou por que ele ainda não estava recebendo sua aposentadoria. Repetiu o que os médicos lhe disseram. O advogado comentou *“fazem isto porque não é filho deles e nem ninguém da sua família; seus papeis estão todos certos, já era para você estar recebendo”*.

Novamente a história se repete. Foi necessário que ele, por proximidade, passasse a ser reconhecido como alguém merecedor de direitos, para que o que era seu direito realmente fosse colocado em prática.

Na mesma entrevista, Diego conta que a Igreja está pagando seus estudos no Seminário. Mas seu grande sonho é estudar para ser advogado na área trabalhista e ajudar as pessoas. *“Passei por isso e sei como é difícil”*. Tem pessoas que precisam de advogado, mas não têm de onde tirar o dinheiro para pagar seus honorários. Já ouviu muitas histórias:

“Aposentadoria, pensão, foi colocado para fora da empresa, ir atrás dos direitos das pessoas mesmo, direito que elas têm; na sociedade, muitos só pensam em si; ajuda, mas acabam tirando tudo da pessoa.”

Eu: Mas não é direito? Pelo próprio Estado as pessoas não conseguem?

“Consegue, mas estes próprios do Estado, eles usurpam das pessoas; daí fica difícil; eu sendo evangélico, não vou tirar dinheiro de

quem não tem. Nas favelas as pessoas não têm este tipo de ajuda; ...tenho meu compromisso aqui.”

Robson é universitário, estuda Física na UFPE, e pretende seguir a carreira acadêmica. Apesar de já estar na universidade, tem planos de estudar no ITA, um sonho cultivado desde a oitava série. Robson tem uma trajetória educacional bastante diferenciada, mesmo tendo sempre estudado em escola pública, mas ele também traz em seu discurso um forte conteúdo de reciprocidade e que não fica apenas no discurso. Robson construiu – e quando escrevo *construiu* não é modo de falar, pois ele e um amigo efetivamente foram os pedreiros da obra – uma sala onde dá aulas gratuitas de preparação para o vestibular de Química, Física e Matemática para jovens da comunidade. Ele tem muito orgulho desta sala e, através de sua narrativa, vamos agregando algumas informações interessantes.

Conta que uma de suas motivações foi a dificuldade que ele mesmo encontrou, quando estava se preparando para o vestibular. Perdeu a conta do número de vezes que tentou resolver um exercício de Física e diante da dificuldade, não tinha a quem recorrer. Ninguém na comunidade podia ajudá-lo e os próprios professores da escola que freqüentava não estavam preparados para aquele grau de dificuldade. Hoje tem uma turma de dezoito alunos. Alguns ex-alunos já entraram no CEFET e uma delas assiste a suas aulas desde o primeiro ano do Ensino Médio. Este ano ela faz vestibular e Robson está muito confiante! (posteriormente fiquei sabendo, através de outras pessoas, que ela realmente entrou na universidade). Ele diz:

“Quando vejo estas coisas, dá mais ânimo; vejo que plantei uma coisa em alguém; pelo menos alguma coisa eu estou fazendo; não posso mudar o mundo, mas uma sementinha eu estou plantando; tem gente que chega para mim e pergunta se foi o deputado tal que pagou a sala; fico logo puto. Falo que quem construiu a sala foram seis meses de economia”.

E continua:

“Foi no cursinho que vivi o impacto das desigualdades sociais. Me dei conta do quanto estavam distantes do que a gente via na escola; menino na 8ª série aprendendo coisa que eu não vi no Ensino Médio; daí a gente entende; e daí falam que menino é desinteressado... O intuito de colocar esta sala foi justamente este; porque não tem nenhum que está aqui que estuda em escola particular. Dar aula para o filho de um pescador que sobrevive do peixe que foi pescado naquele dia; isto enriquece, ajuda a você entender melhor os dois lados da história; entender que o sistema é muito excludente, ele derruba, sem perceber, ele faz uma lavagem cerebral sem você perceber.”

E conclui dizendo que fica orgulhoso quando vê que é *espelho* para alguns.

Apesar de seu potencial cognitivo, Robson também precisou de ajuda para chegar onde chegou:

“o advogado da minha mãe pagou estes três meses de cursinho e pagou a matrícula, aí eu fiz e no primeiro dia de aula eu fui perguntar para o professor aquela questão; era um problema de Física que nenhum professor na escola soube me explicar. O professor do cursinho disse que iria me esperar no ano que vem (porque eu não sabia fazer o exercício); foi um desafio; quando eu passei, ele ligou para mim para me dar os parabéns.”

As histórias de Robson e de Diego são muito diferentes, mas se assemelham em alguns aspectos. Ambos pertencem a famílias que moram no Bode há pelo menos três gerações. Ambos são homens, estão na casa dos vinte anos e têm muitos planos para o futuro, planos estes que, mesmo que não se concretizem, estão amparados em dados de realidade. Finalmente, ambos têm o reconhecimento local como rapazes que estão construindo trajetórias de futuro.

Eles não escondem o orgulho que sentem da própria trajetória. Em suas falas, percebemos que vêem as conquistas, principalmente, como conquistas pessoais, fruto de determinação e muito sacrifício, mesmo que reconheçam a importância de outras pessoas. Diego afirma que quer vencer, pois deve isto a sua avó, que sempre esteve ao seu lado. Robson também afirma em sua entrevista que se não fosse sua mãe e a educação bastante dura que ela lhe deu, talvez ele não tivesse chegado onde está agora. Mas também fica claro no discurso destes rapazes o que eles *não* receberam. A escola pública não bastou para Robson alcançar seu objetivo, mesmo ele sendo um rapaz inteligente e dedicado aos estudos. Foi necessária a ajuda de um amigo de sua mãe, para patrocinar seu pré-vestibular. Diego, por sua vez, também precisou de ajuda de um advogado, ajuda esta conseguida por um amigo em comum, para alcançar o seu direito enquanto deficiente físico. Deficiência que foi resultado de uma bala perdida, o que revela, de alguma forma, a precariedade das políticas públicas de segurança. Na cena do policial, que ele relatou e que foi repetida inúmeras vezes, com pequenas variações, por muitas outras vozes, ele já estava ameaçado com uma arma quando lhe foi solicitado o documento, documento este que parece que só tem valor (e mesmo assim relativo) para tentar provar que não é bandido. O sentimento de conquista pessoal revela mais uma não-participação do Estado enquanto instituição potencialmente promotora dos direitos universais do que um sentimento de serem melhores do que os outros. Isto se confirma quando eles falam de sua vontade em retornar à comunidade bens que eles conquistaram. Eles se vêem como exemplo e como espelho para muitos outros jovens que, assim como eles, enfrentam toda sorte de dificuldades e discriminações por não terem tido o privilégio de nascerem em outro lugar e com

outra cor. Através de suas ações, eles falam sobre o próprio sentimento de exclusão da lógica dos direitos, mesmo que tenham encontrado formas de ultrapassar algumas barreiras.

Dimas tem 22 anos, é negro e usa o cabelo cheio de trancinhas, ao estilo afro. É bastante conhecido na comunidade e não é para menos. Além de participar do Maracatu mais antigo do Bairro, é neto de Dona Elba, mãe de santo do terreiro, e muito respeitada no Recife. Mas Dimas também é conhecido pelas suas qualidades. É um ótimo percussionista e, atualmente, seguindo o exemplo de Osvaldo e outras pessoas da comunidade, entre elas seu tio Chacon (mestre da bateria) e Mano (professor de música), ensina percussão para meninos da comunidade no Projeto Renovação. Recebe crianças a partir de seis anos e no momento tem treze alunos. Ele “explica” porque, apesar das dificuldades, não desiste do projeto:

*“O que motivou é a realidade da vida; se todas as crianças do bairro pensassem como eu pensei, não precisava disso, mas como não é todo mundo que pensa como eu, é preciso fazer alguma coisa pra estas crianças virarem de bem aqui na favela. E uma coisa que eu posso fazer é ensinar percussão e é isso que eu vou fazer; e eu sou um espelho muito bom para eles, por onde eu já passei, por onde vou passar; eu aqui no candomblé, sem usar drogas, nem loló; e eles não têm uma estrutura, qualquer coisa que aparece, eles vão atrás; se tiver ao menos um espelho para se verem para pensar que um dia vão chegar lá. Eles me admiram muito; se eu passo na rua já vem perguntar se vai ter maracatu; Eu convivo com tráfico, com drogas, com roubo; e quando eu ficar famoso, eu nem penso em sair daqui; daí eu nunca vou sair de perto disso; e então eu quero dar o que eu posso para a comunidade. **Aqui que eu peguei tudo, se eu sair daqui, eu fico fraco de tudo. É assim que eu penso.**”*

A expressão da reciprocidade, como uma dádiva que retorna à comunidade o que eles ali conquistaram, não estava nos meus planos, mas a cada nova entrevista ela foi ganhando importância. A idéia de retribuir para não perder ou, pelo menos, para sentir que está fazendo sua parte apareceu em todas as entrevistas, ou como uma intenção, ou como uma ação efetivamente concretizada. É o retornar que tem o sentido de compromisso, mas ao mesmo tempo distingue, diferencia.

“A circulação dos bens segue a dos homens, das mulheres e das crianças, dos festins, dos ritos, das cerimônias e das danças, até a das piadas e das injúrias, no fundo ela é a mesma. Se damos as coisas e as retribuimos é porque nos damos e nos retribuimos “respeitos”, dizemos ainda “delicadezas”. Mas também é que damos a nós mesmos ao darmos

aos outros, e, se damos a nós mesmos, é porque “devemos” a nós mesmos – nós e o nosso bem – aos outros.” (Mauss, 2001: 140)

Se “devemos” nós mesmos aos outros é porque os outros contribuíram para sermos nós. Os rapazes que compõem o núcleo de minha pesquisa revelam, através do discurso, mas principalmente através de ações, que se sentem ligados à comunidade por fios simbólicos, que ligam suas histórias, suas práxis, suas crenças e seus bens (de valor e não concretos) ao seu espaço e às relações ali construídas. Eles falam de sacrifícios pessoais, em muitos momentos tem um olhar distanciado dos moradores do Bode, mas é ali que eles doam aquilo que construíram ou os conhecimentos que adquiriram. Os fatos narrados remetem-me a Mauss, pois mostram uma troca simbólica que evidencia o sentido de pertença. Não é uma doação desinteressada, mas o interesse atua ao nível do simbólico. Naturalmente, através de suas ações, eles ganham distinção e respeitabilidade. Também ganham poder, na medida em que determinam qual o dom que merece ser compartilhado e na medida em que ganham o reconhecimento e a estima dos outros. Mas isto só é possível naquele espaço.

Seus projetos, colocados em prática ou planejados, evidenciam a percepção da desigualdade. A privação do que deveria ser um direito reforça o sentimento de pertença e a “necessidade” de doar seus conhecimentos àquele espaço que possibilitou que eles construíssem estratégias para ultrapassar as dificuldades.

A mobilidade que conquistaram, por sua vez, os permite visualizar a realidade por um novo prisma, e através do capital instrumental acumulado, viabilizar algumas ações transformadoras. Mas tudo isto faz sentido, porque eles ainda se sentem pertencendo à comunidade e sendo “crias” desta realidade. Arriscaria me apropriar das palavras de Mauss para contextualizar sua teoria da dádiva: “*É a velha moral da dádiva transformada em princípio de justiça.*” (Mauss, 2001: 76)

Estes jovens, com suas ações, praticam o que Fraser chamou de ações transformadoras. Por terem sentido na pele, e ainda sentirem, as privações dos direitos, colocam-se juntos e mostram que conhecem caminhos para minimizar o problema. São transformadoras, porque não são ações paternalistas e nem caritativas e, sim, ações verdadeiramente solidárias.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre; *Lê Sens Pratique.* Paris: Minuit. 1980

_____, Pierre; *La “juventud” sólo es una palabra”* in *Questions de sociología;* Madrid; Edicions Istmo, 2000

_____, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação.* Celta/ Oeiras, 1997.

_____, *Meditações Pascalianas.* Celta Editora. Oeiras, 1998.

_____. *Futuro de classe e causalidade do provável*. In: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMACHO, Luiza. *Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude?*. Trabalho apresentado na XXVII reunião Anual da ANPED, caxambu.2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso de e **CARDOSO DE OLIVEIRA**, Luis R. Cardoso de Oliveira. *Ensaíos Antropológicos sobre Moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____, Luis R. Cardoso de. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

_____, Luis R. Cardoso de. *Direitos Humanos e Antropologia*; in NOVAES, Regina (org.) *Direitos Humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____, Luis R. Cardoso de. *Honra, dignidade e reciprocidade*, in MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

CASTRO, Mary et alii. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, banco Interamericano de desenvolvimento, 2001.

_____, Mary . *Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes* in **NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo** (organizadores). *Juventude e Sociedade – trabalho, Educação, Cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____, Mary Garcia, **ABRAMOVAY**, Miriam e **SILVA**, Lorena Bernadete da; *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

_____, Mary Garcia, **ABRAMOVAY**, Miriam. (coord.) *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Edições UNESCO – Brasília, 2006.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FEIXA, Carles; *A construção histórica da Juventude*, in **CACCIA-BAVA, FEIXA-PAMPOLS, CANGAS** (orgs.); *Jovens na América latina* – São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

_____, C. & **FERRANDIZ**, F. (eds.) *Jóvenes sin tregua: Culturas y políticas de la violencia*. Libros de la Revista Anthropos. 2005.

FRASER, Nancy. *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and participacion*. In FRASER, Nancy;, HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-Philosophical Exchange*. London: Verso and Frankfurt: Suhrkamp.

FRASER, Nancy. *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a "Postsocialist" Age*. New left Review, n. 212, p. 68 – 93, 1995.

_____, Nancy. *La justicia social em la era de las "políticas de identidad": redistribución, reconocimiento y participación*; Apuntes de investigación. Del CECYP. 2/3 año 2: 17-36. 1998

_____, Nancy. De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia em la era "postsocialista". *New Left Review*. Três Cantos. Madrid - España. 2000.

_____, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* In *Lua Nova: Revista de cultura e política*. Nº 70; CEDEC, 2007.

_____, Nancy. "Mapeando a imaginação feminista" da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos Feministas, Florianópolis*. 15 (2) 240, maio-agosto; 2007.

_____, Nancy. *Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero*; in **BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra**.(orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*; São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa - São Paulo. ED. 34, 2003.

LEÃO, Geraldo A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual da ANPED, Caxambú. 2004.

LONGHI, Márcia Reis. *Ser homem, pobre e pai: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda*. Programa de Pós-graduação em Antropologia/UFPE, dissertação de mestrado, Recife, 2001

_____. *Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2008.

MADEIRA, Felicia. *A improvisação na concepção de programas sociais. Muitas convicções, poucas constatações: o caso do primeiro emprego*. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 78 - 94. 2004.

MARTINS, Paulo Henrique e NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MATTOS, Patrícia Castro. *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume, 2006.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Portugal. Edições 70, Lda. 2001

QUIROGA, Consuelo; *O (não)Trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso?*; in *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em Serviço Social - vol. 1, nº 1 (1997) - Rio de Janeiro UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-graduação, 1997*

SOARES, Luiz Eduardo; *Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência*; in **PEREIRA**, Carlos Alberto Messeder ...[et al.]- *Linguagens da Violência*; Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOUZA, Jessé. *A construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA E SILVA, Jaílson. *Por que uns e não outros: caminhada de estudantes da maré para a universidade*. Tese de doutorado. FE, PUC - RJ Rio de Janeiro, 1999.

SCOTT, Russell P. "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico", *Cadernos de Pesquisa*, Nº 73, maio, São Paulo, pp.38-47, 1990;

_____, Russell P. *Saúde e pobreza no Recife: poder, gênero e representação de doenças no bairro do Ibura*. Recife: Editora Universitária UFPE - JICA. 1996.

_____, Russell P., **QUADROS**, Marion; **LONGHI**, Márcia. "Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva" in **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 19 - n. 2 - jul./dez. 2002.

_____, Russell P.; **ATHIAS**, Renato; **LONGHI**, Marcia. *Como nossos pais*; in **ADORNO**, R. ; **ALVARENGA**, A. T. ; **VASCONCELLOS**, M. da P. C.; *Jovens Trajetórias, Masculinidade e Direito*. São Paulo; FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____, Russell P., **ATHIAS**, Renato; **QUADROS**, Marion Teodósio. *Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais*. *Revista brasileira de Educação*, 13: 73-94, jan/abr; São Paulo, Anped. 2000.

SPOSITO, Marília Pontes. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. in **FREITAS**, Maria Virgínia de; **PAPA**, Fernanda de Carvalho (org.). *Políticas Públicas Juventude em Pauta*; São paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

_____, Marília Pontes; *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*, in **ABRAMO**, helena Wendel e **BRANCO**, Pedro Paulo Martoni (organizadores). *Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo.2005.

_____, Marília Pontes & **CORROCHANO**, Maria Carla. *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP v. 17 n2 - novembro pp. 141-172. 2005.

SPOSITO, Marília Pontes (coordenação). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1/. - Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009.

TAYLOR, Charles. "The politics of recognition", in **GUTMANN**, Amy (org.). *Multiculturalism and the politics of recognition*; New Jersey, Princeton University Press, pp. 25-73. 1994.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*; Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994

_____, Alba. *Cidadãos não vão ao Paraíso*. São Paulo; Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.